

Primeiro post da série “Os presidenciaíveis e a educação”

A melhor política educacional é uma política econômica vigorosa. Como os candidatos pretendem romper o círculo vicioso da pobreza?

Este é o primeiro de 13 posts da série “Os presidenciaíveis e a educação”. Em vez de fazer propostas aos candidatos, julgamos mais importante saber o que eles pensam a respeito da educação. Nesta série, apresentamos temas, considerações e perguntas aos candidatos. São temas sobre os quais o país deveria refletir.

“SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!”

A melhor política educacional é uma política econômica vigorosa, que gera riqueza, empregos qualificados e uma ampla rede de proteção social – reduzindo a pobreza e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento humano, em geral, e a educação, em particular. Quando analisamos o rendimento escolar dos alunos, os fatores que mais explicam os resultados estão relacionados com o nível socioeconômico de seus pais. A pobreza, em particular, é o inimigo 1 da Primeira Infância e do sucesso escolar. E a educação constitui o único passaporte conhecido para quebrar o círculo vicioso da pobreza.

Há diferentes teorias a respeito de formas de combate à pobreza. Tanto sistemas econômicos capitalistas quanto socialistas apresentam diferentes soluções com diferentes graus de sucesso ou insucesso. O grande lema de “Guerra à Pobreza” do governo Johnson na época de 60 resultou num grande fracasso e, à falta de medidas estruturais, até hoje os Estados Unidos exibem o maior nível de pobreza e desigualdade entre os países ricos. A dimensão da pobreza, no Brasil, sugere que apenas reduzir a desigualdade não é suficiente para assegurar condições mínimas para que as pessoas possam se desenvolver de forma adequada.

As evidências científicas sobre o desenvolvimento humano sugerem que a situação econômica da família quando a criança nasce tem mais influência negativa do que em qualquer outra época da vida. Esse tipo de evidência contém sugestões específicas para ajudar a estabelecer prioridades e melhor focalizar redes de proteção social.

Outro fato relevante está associado à mudança demográfica: nas décadas recentes, os aposentados representaram uma rede informal de proteção social para suas famílias. As mudanças demográficas em curso, o baixo nível de escolaridade de parcela significativa da população de 15 a 30 anos e as inevitáveis mudanças nas políticas de previdência social sugerem que esse quadro deverá mudar radicalmente nos próximos anos, aumentando os custos e riscos para a população mais idosa e reduzindo sua condição de ajudar as gerações mais jovens.

Como os candidatos pretendem romper o círculo vicioso da pobreza?

Educação, capital humano e produtividade

No 2º post da série Os Presidenciaíveis e A Educação, João Batista Oliveira trata dos grandes objetivos da educação: o desenvolvimento das pessoas e do país.

Políticas de educação normalmente são pensadas por educadores e consideradas pelos políticos como políticas sociais. Raramente os economistas e responsáveis pelas decisões macroeconômicas se lembram de que a educação tem dois grandes objetivos: promover o desenvolvimento das pessoas e prepará-las para contribuir produtivamente para o desenvolvimento do país.

Em países desenvolvidos, é normal, de tempos em tempos, que alguns choques externos mobilizem a sociedade e o governo para rever as políticas educacionais. Nos Estados Unidos, por exemplo, o lançamento do Sputnik pela União Soviética, na década de 50, mobilizou o país em torno de questões de educação, ciência e tecnologia. Aos primeiros indícios da revolução provocada pela automação industrial, os norte-americanos produziram o relatório “A Nation at Risk”, que teve impacto não apenas lá, como serviu de impulso para reformas educativas em vários outros países. De certa forma, o Pisa é fruto desses movimentos que levaram os países industrializados a reverem suas políticas educativas face aos resultados comparativos desfavoráveis em relação a economias com as quais competem. Nas últimas décadas, vem sendo travado um vigoroso debate a respeito das relações entre educação e produtividade, e da contribuição da educação para o crescimento do PIB.

Ainda que não exista um consenso a respeito do tema, tudo indica que a educação e a forma como ela é implementada têm muito a ver com o desenvolvimento do país. A economia mais criativa e dinâmica do mundo – os Estados Unidos – tem um sistema primoroso de ensino superior. Já na mais vigorosa economia europeia, a Alemanha, a joia da coroa é o ensino médio profissional.

É possível que uma das razões pelas quais a educação não avança, no Brasil, é o fato de ela ficar confinada aos educadores e, em particular, a grupos de interesses corporativistas que acabam direcionando a agenda. Ao assumir o governo, a equipe do Ministro Mendonça Filho chegou a denunciar publicamente o “aparelhamento” em que se encontrava o Ministério da Educação. Mas corporativismo, aparelhamento e clientelismo continuam a agir com a mesma desenvoltura de sempre. A eleição que se aproxima cria oportunidade para um debate com os candidatos: a educação será tratada como uma questão setorial ou será algo central na definição das políticas de desenvolvimento econômico, produtividade e competitividade? Os conselhos e órgãos deliberativos continuarão circunscritos às visões limitadas dos interesses corporativos? As decisões sobre investimentos em educação continuarão a considerar o setor como parte de políticas sociais ou estarão no centro de decisões sobre os grandes rumos do país?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

Recursos para educação – 3º post da série Os Presidenciáveis e a Educação

Evidências sugerem que o aumento puro e simples dos gastos com educação não leva necessariamente à melhoria de qualidade ou da produtividade.

Os recursos para educação praticamente dobraram nos últimos dez anos. O estudo “Aspectos Fiscais da Educação no Brasil”, publicado pela Secretaria do Tesouro Federal em 8 de junho, registrou que a despesa federal em educação passou de 4,7% para 8,3% da Receita Corrente, e

de 1,1% para 1,8% do PIB. Isso representa um crescimento acumulado real de 91% no período 2008-2017. Comportamento semelhante ocorreu nos orçamentos dos estados e municípios.

O aumento dos gastos, inclusive pelo Governo Federal, esteve acompanhado da implementação de dezenas de programas induzidos pelo Ministério da Educação nesse período, e também pela redução do número de matrículas na educação básica, decorrente do ajuste demográfico. Os resultados da Prova Brasil, ENEM e Pisa revelam que não houve melhoria generalizada ou significativa da qualidade. Nos poucos lugares onde houve indícios de melhoria sustentável em algum nível de ensino, isso ocorreu em estados ou municípios com gastos per capita inferiores à média nacional.

Em paralelo, logramos um aumento significativo no nível de escolaridade da população nos últimos vinte anos. Mas nesse mesmo período, não se observaram mudanças no nível da produtividade da economia como um todo. Todas essas evidências sugerem que o aumento puro e simples dos gastos com educação não leva necessariamente à melhoria de qualidade ou da produtividade.

Há enorme pressão da mídia, dos educadores e da maioria das ONGs que militam na área a favor de “mais recursos” para a educação. Parte significativa dos parlamentares – especialmente os que participam de “comissões legislativas de educação” – também advogam por mais recursos. A Lei do Plano Nacional de Educação cria despesas que os estados e municípios não estão em condições de cobrir. Ao mesmo tempo, a Lei de Responsabilidade Fiscal limita o que os governantes podem fazer, o que os leva a desrespeitar alguma lei para poder cumprir outra. A Lei do Piso do Magistério é atualizada anualmente pelo governo federal, embora sejam estados e municípios os responsáveis por pagar a conta.

São gigantescos os desafios para o próximo presidente. Estados e municípios encontram-se à beira da insolvência. A expectativa geral é de que sem mais recursos não há como melhorar a educação. Candidatos são cobrados e avaliados pelo valor das promessas que fazem. O próximo Presidente presidirá a rediscussão do modelo do FUNDEB, cuja lei está por prescrever. E possivelmente a questão federativa estará em pauta, necessariamente envolvendo questões de responsabilidades e recursos.

Resta, portanto, a pergunta aos candidatos: face ao pacto federativo e às severas restrições fiscais que o país enfrentará nos próximos anos, como o futuro Presidente analisa o financiamento da educação? Como pretende lidar com os gastos federais nessa área sabidamente estratégica para o nosso desenvolvimento? Como pretende lidar com as pressões, muitas delas criadas pelo próprio governo federal, para que estados e municípios ampliem os seus gastos com o setor?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

Capital humano, primeira Infância e educação infantil

Uma política adequada para a Primeira Infância deve estar nas prioridades do próximo presidente. Leia o 4º post da série "Os presidenciáveis e a Educação".

Educadores e economistas concordam num ponto: uma política adequada para a Primeira Infância constitui condição necessária – embora não suficiente – para assegurar a todos os

cidadãos condições de igualdade de acesso e progresso no ensino fundamental e, a partir daí, sucesso na escola e na vida. O tema é especialmente pertinente ao Brasil, tendo em vista o elevado número de crianças que nascem e crescem em condições de pobreza e de extrema violência. Se quisermos assegurar igualdade de oportunidades, a pré-escola já é tarde. Talvez até a creche já seja tarde.

Embora as evidências sobre o tema sejam abundantes, poucos países têm políticas integradas e adequadas de Primeira Infância. As razões são várias e fáceis de compreender. Uma delas é a dificuldade que governos têm de integrar políticas – é muito mais fácil implementar políticas setoriais ou programas avulsos. E dada a extensão da demanda, é difícil calibrar e focalizar políticas. Mas isso não resolve o problema, especialmente o das crianças mais pobres.

No Brasil, o que temos na prática são quatro conjuntos principais de mecanismos: uma rede de proteção social ancorada em políticas compensatórias, como o Bolsa Família, e em mecanismos de assistência social; políticas de saúde de cunho universalista, mas de implementação precária; políticas de educação focadas em creches (não obrigatória) e pré-escola (universal e obrigatória); e, mais recentemente, o Programa Criança Feliz.

Políticas como o Bolsa Família têm provado seu benefício, e existem instrumentos e mecanismos que permitem aprimorá-las; creches e pré-escolas no Brasil não demonstraram que podem fazer diferença no desempenho escolar posterior dos alunos, especialmente os mais pobres; as políticas de saúde têm produzido alguns avanços importantes, mas na área da Primeira Infância ainda estão engatinhando. E o Programa Criança Feliz – de feliz concepção – ainda precisa deslanchar, adquirir escala e comprovar resultados.

Mas nada disso configura uma Política Integrada de Primeira Infância. No limite, uma Política integrada de Primeira Infância deveria ter como ambição o que o Prêmio Nobel Heckman chama de “assegurar condições básicas de desenvolvimento para todas as crianças, independentemente das condições impostas pela loteria de seu nascimento” – ou seja, da condição socioeconômica dos pais. No Brasil, teríamos que acrescentar “protegendo-as dos ambientes de violência doméstica e externa”, que ameaçam as bases de um desenvolvimento saudável. Uma segunda característica das boas práticas indica que políticas eficazes de Primeira Infância devem ter o foco na família – e não (apenas) na criança -, oferecendo opções adequadas às circunstâncias de cada um, em contraposição a soluções uniformes.

De modo particular, o modelo sugerido para o atendimento em creches, no país, está se mostrando caro, inócuo e inviável. De um lado, permanece na legislação federal e nos códigos municipais de postura o espírito das ordenações filipinas, estabelecendo regras inviáveis de serem cumpridas. Por outro lado, a BNCC – Base Nacional Curricular Comum – ignora os avanços científicos na área e pode se constituir num entrave ao avanço do setor nos próximos anos. E não existe espaço e incentivos para propostas de formação adequada para educadores infantis ou para pais (o nome da moda é “parentalidade”).

Resta, portanto, a pergunta aos candidatos: dado o que sabemos sobre o potencial da Primeira Infância e a importância de políticas adequadas de Primeira Infância para a formação do estoque de capital humano de um país, e dadas as inadequações dos modelos de atendimento existentes, quais são as suas propostas?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

Que política para a juventude terá o próximo presidente?

No 5º post da série Os Presidenciáveis e a Educação, o tema é a existência de milhões de jovens despreparados para o presente e para os desafios do futuro.

Um espectro ronda o país – o espectro da transição demográfica. Num primeiro momento, ele surge como bonança – as pessoas vivem mais e em condições mais saudáveis. O que era uma pirâmide se transforma numa coluna – que, eventualmente, poderá se transformar numa pirâmide invertida –, aliviando temporariamente as pressões para a expansão de vagas no sistema educativo. Mas aí surge a cobrança: quem vai trabalhar para manter a economia funcionando de forma produtiva? Por quantos anos? Quem vai sustentar os aposentados e os custos de saúde de uma população longeva?

O espectro assume contornos mais nítidos – e tenebrosos – quando mostra os vários ângulos de sua cara. Boa parte dos nossos jovens de 15 a 29 anos tem baixo nível de escolaridade, e já se tornou crônica sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho. É crescente a proporção dos nem-nem – jovens que nem estudam nem trabalham.

A reforma do ensino médio – tópico que precisa ser atacado com prudência e denodo – poderá contribuir para reduzir o problema para as futuras gerações. Mas o estoque – a quantidade de jovens – que está à margem da economia e da sociedade representa um problema de dimensões formidáveis e consequências desastrosas para os indivíduos, para a sociedade e para a economia. Não existem saídas fáceis.

As soluções convencionais são caras e inócuas. Os programas de EJA – Educação de Jovens e Adultos – só conseguem algum resultado positivo em circunstâncias muito especiais. Os programas de formação profissional – inclusive a maior parte do PRONATEC – são casos de perda total – repartir os recursos entre os alunos teria sido um uso melhor dos recursos. A legislação sobre “aprendizagem” e “estágios” inibe a procura de soluções criativas e eficazes, em nome da proteção do menor e do aluno. A mensagem da legislação é clara: pode tudo, menos trabalhar.

A experiência internacional apresenta alguns casos de sucesso e exemplos de soluções potencialmente interessantes. Também deixa claro que (a) nada substitui uma boa educação formal no tempo certo e (b) de nada adiante treinar pessoas para empregos que não existem. O desafio se torna maior quando sabemos que esses jovens farão parte do novo contingente de longevos – e que, portanto, não apenas estão despreparados para o presente, mas estão mais despreparados ainda para os desafios do futuro.

Resta, portanto, a pergunta aos candidatos: que esperança eles trazem para a juventude, os jovens atuais e essa enorme parcela da juventude que está sendo deixada à margem da sociedade? E que esperança trazem para uma sociedade que – se não houver iniciativas eficazes agora – dentro de 30 anos contará com uma parcela significativa de idosos totalmente desprovidos de meios para lidar com os muitos anos de vida que lhes restam pela frente?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

Educação, capital humano e terceira idade

Mais uma pergunta aos candidatos a presidente: eles terão uma política de capital humano adequada para os brasileiros da terceira e quarta idade?

E o futuro chegou. Em breve seremos um país de grisalhos, e, em um pouco mais de tempo, um país de idosos. A dificuldade atual em aprovar mudanças na Previdência Social vai soar como briga de criança quando uma população envelhecida lutar pelas suas necessidades de sobrevivência.

Uma política de longo prazo para a Terceira Idade tem pelo menos duas dimensões. De um lado, a dimensão individual – preparar os indivíduos para viver mais tempo e em condições saudáveis. E essa preparação não começa com cursinhos de dança para os maiores de 60, mas na Primeira Infância. De outro, a dimensão coletiva – ampliar o tempo de contribuição produtiva dos indivíduos para si mesmos e para a sociedade. Tudo isso precisa ser desenhado e implementado num prazo relativamente curto, em meio a uma incerteza brutal a respeito do futuro do emprego. Sem falar em medidas transitórias para aprender e a lidar com os contingentes de idosos que aumentam a cada dia e que chegam despreparados para enfrentar longos anos de velhice. Desafio para gente grande.

Novamente neste capítulo pode ser de grande ajuda o entendimento da questão no contexto de uma política de Capital Humano. Talvez esse seja o único marco amplo o suficiente para formular medidas suficientemente amplas e adequadas para lidar com as várias dimensões da questão: educação, saúde, previdência social, emprego, urbanismo, moradia, mobilidade.... e por aí vai.

O Brasil vive um momento em que o corporativismo predomina nas decisões – especialmente no que se refere à alocação de recursos públicos ou da regulação das iniciativas privadas – a greve dos caminhoneiros ajuda a entender a opção preferencial dos políticos pelos grupos que falam mais alto. O resultado tem sido desastroso e já compromete grande parte dos recursos públicos, inviabilizando investimentos essenciais para as futuras gerações.

O que outros países já experimentam – e que pode servir de alerta – é o alto poder de persuasão que podem exercitar contingentes enfurecidos de idosos descontentes, seja ou não por justa causa. Em alguns distritos dos Estados Unidos, por exemplo, não são incomuns casos de votação popular para eliminar investimentos em educação, de forma a sobrar mais recursos para a população idosa. A antropologia nos ensina que da mesma forma que pais podem sacrificar alguns filhos para assegurar a sobrevivência de outros, idosos poderão recorrer a semelhantes estratégias: o homem é o lobo do homem.

Resta, portanto, a pergunta aos candidatos: o que propõem como política para a terceira idade? Que foros vão criar para tratar dessas questões? Como uma política de capital humano pode incorporar o potencial contributivo dos contingentes cada vez maiores de brasileiros da terceira e quarta idade?

Que papel o governo federal deve ter na educação básica?

O governo federal gasta cerca de R\$ 117 bilhões em educação, sendo 75,4 bilhões com ensino superior; estados e municípios gastam mais de R\$ 200 bilhões.

Pode não entrar na campanha, mas a questão federativa entrará de forma inevitável na pauta do próximo governo. Isso vai da questão mais pedestre da arrecadação e distribuição do bolo fiscal às questões de distribuição de responsabilidades e da representatividade política dos entes federados.

A educação é tratada de maneira muito específica na Constituição. Algumas tarefas são claramente divididas, enquanto outras são definidas pelo melífluo conceito de “regime de colaboração”. A rigor, um mesmo município pode ter escolas privadas, municipais, estaduais e federais. Pode existir um Conselho Municipal de Educação que regula apenas as escolas da própria rede! Só são claras (1) a responsabilidade exclusiva dos municípios pela educação infantil — a mais desprotegida de todas —, (2) a responsabilidade primária do governo federal pelo ensino superior público, e, (3) a dos estados, pelo ensino médio. Mas isso não resolve vários problemas de responsabilidade e responsabilização, e, muito menos, estimula a eficiência.

O governo federal gastou cerca de 117 bilhões de reais em educação em 2017, o que representa 8,5% da sua receita corrente e 1,8% do PIB. Desse total, 75,4 bilhões de reais, ou seja, 65% foram gastos com ensino superior. Para a educação básica foram destinados 34,6 bilhões de reais, cerca de 30%. Os estados e municípios, por sua vez, vêm gastando pouco mais de 200 bilhões de reais por ano (a preços de 2016), com viés de crescimento devido à pressão dos gastos com pessoal. Parte dessa tendência decorre de pressões criadas pelo governo federal, notadamente no caso do Piso Salarial do Magistério.

Os problemas do federalismo na educação podem ser englobados em três grandes conjuntos interligados. O primeiro refere-se às responsabilidades de cada nível federativo e o grau de ineficiência gerado pelas ambiguidades existentes. O segundo refere-se ao financiamento, que deve ser associado às responsabilidades. O terceiro refere-se às relações formais e informais entre os níveis federados, e, de modo particular, o sistema regulatório e o papel e a forma de atuação do MEC.

Como ocorre em outras áreas, o governo federal tem e exerce um poder desproporcional sobre estados e municípios, sem a equivalente corresponsabilidade financeira. Estados e municípios, por sua vez, deixam-se pressionar com a esperança de que de alguma forma o governo federal virá com algum tipo de “Refis” para socorrê-los — o que frequentemente se torna uma profecia que se cumpre. Recursos e responsabilidades não deveriam ser discutidos de forma separada um do outro.

Apesar do elevado grau de descentralização da educação, é muito forte o papel do governo federal e do MEC. E, infelizmente — e independente dos seus titulares —, essa pasta parece ter mais condição de fazer o mal do que o bem. Nos últimos anos, essa condição tornou-se mais evidente: os recursos dobraram, em grande parte devido a esforços e iniciativas do governo federal. Os programas federais — mais de 40 no Ministério da Educação — são monumentos ao fracasso de políticas centralizadas e uniformes. A regulamentação aumenta a cada dia, em grande parte decorrente do peso das corporações e pressões organizadas. Mas a ineficiência também aumenta — e a qualidade não melhora.

Resta, portanto, a pergunta aos candidatos: que saídas o futuro presidente vê para as relações entre os entes federados na área da educação? Novas formas de atuação para estimular soluções diferenciadas, em vez de impor “planos infalíveis” que não levam a nada? O futuro presidente contempla políticas e tratamento diferenciado em função da região? Do tamanho dos municípios? Do nível de desenvolvimento econômico ou educacional? Mudanças na

composição dos conselhos que formulam decisões para a área? Novas ideias e formas de incentivar ideias que funcionam?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

Como podemos ter melhores professores no Brasil?

O que os candidatos pensam sobre o futuro do magistério da educação básica? É a pergunta central do oitavo post da série "Os presidenciáveis e a Educação".

Em algum momento o país terá de lidar com a questão dos professores para a educação básica. As implicações pedagógicas e econômicas são gigantescas. O atual plantel da rede pública é de cerca de 2 milhões de professores, 35% dos quais com carga horária dobrada. Desse total, pouco mais de 2/3 são professores do quadro efetivo. E, dentre estes, quase metade poderá se aposentar ao longo dos próximos 15 anos. Mas isso não deve ser visto como um alarme – talvez seja uma benesse.

O contingente de alunos da rede pública, a partir da pré-escola, deverá ser reduzido nos próximos anos, tendo em vista as mudanças demográficas. Por alguns anos, deveremos ter algo próximo a 2,7 milhões de crianças em cada coorte. Presumindo que cerca de 20% dessas crianças estudam em escolas privadas, haverá pouco mais de 2,2 milhões de alunos como demanda para a rede pública. Se estimarmos o tamanho médio de uma classe em 22 alunos, a rigor precisaríamos de 1 milhão de professores – desde que a duração do horário de trabalho dos professores seja a mesma da carga horária dos alunos –, seja na condição de tempo parcial ou integral, como, de resto, é o caso na maioria dos países.

Se estimarmos uma taxa de reposição de 3% ao ano por conta de aposentadoria e saídas por qualquer razão, a necessidade seria de cerca de 30 mil novos professores por ano para a rede pública. Só para efeito de comparação: hoje há 1,5 milhão de universitários em cursos voltados para formação de professores de nível superior. Cerca de 240 mil concluem o curso a cada ano. E ainda há tratamento preferencial para financiar alunos que se destinam ao magistério... E ainda há quem diga que faltam professores.

Até aqui falamos dos aspectos quantitativos. Do ponto de vista qualitativo, a maioria dos professores recrutados nos últimos anos provém do grupo de alunos com pior nota no ENEM – e isso vale tanto para os cursos de pedagogia quanto para os cursos de licenciatura. Isso significa, sem meias palavras, que o nível dos professores de formação básica é muito baixo e não lhes permite nem avançar muito com o curso superior como alunos nem oferecer um desempenho de alta qualidade para seus alunos.

Para entender melhor o quadro: cada município e cada rede estadual tem legislação própria, mas o Governo Federal determina o Piso Salarial que, até este momento, tem provocado um aumento generalizado (e incontrolável) dos gastos com pessoal. A legislação também dificulta o aproveitamento de profissionais já habilitados em outras áreas. E soluções aparentemente óbvias – como, por exemplo, a necessidade de estágios probatórios – esbarram na carência de professores aptos a exercer essas funções e escolas que sirvam de modelo para os aprendizes de professor.

Os desafios para os novos governantes são formidáveis. O Governo Federal pode fazer muito, mas precisa fazer certo. Muito se tem feito nos últimos anos, mas com resultados negativos. Portanto, há fortes razões para pensar que o Governo Federal não possui, ipso facto, competência substantiva e muito menos formal para entrar na questão. Também há evidências de que, por força das pressões corporativas e de outra natureza, o governo federal também tem tido dificuldade de promover um debate de nível acadêmico e isento às pressões ideológicas e corporativa, um debate que seja aberto às evidências e com exame profundo do contraditório. São elevados o custo e o risco de soluções centralizadas, como foi o caso do Piso Salarial, por exemplo.

Se vingar a ideia de novos mecanismos e novas carreiras, será necessário pensar na implementação de políticas de dois tempos – uma para lidar com o atual plantel e outra capaz de atrair jovens e graduados com um novo perfil para ingresso em também novas e – idealmente – diferentes e variadas formas de preparação e ingresso na carreira do magistério. Isso, naturalmente, irá requerer mecanismos e regras de transição. Tudo isso requer um governo de estadista, com visão de longo prazo, sem a ilusão de balas de prata e soluções de curto prazo.

Um corpo docente de alto nível de qualificação é vital para o futuro da educação. Dado o histórico do MEC de fazer intervenções uniformes, centralizadas e desastrosas, será muito mais fácil errar do que acertar. A pluralidade de mecanismos existentes nos países desenvolvidos para recrutar e formar seus professores, aliada à falta de experiência do país com modelos adequados, sugere que seria temerária qualquer tentativa de iniciar uma política uniforme e padronizada. Parece ser mais prudente estimular diferentes iniciativas e avaliá-las antes de disseminar as que forem mais promissoras.

Resta, portanto, a pergunta aos candidatos: o que pensam em fazer a respeito do futuro do magistério da educação básica?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

Próximo governo terá de lidar com a questão do ensino médio

Na série Os presidenciáveis e a Educação: vamos ter a prudência de arrumar a casa e acertar o passo antes de iniciar uma profunda reforma do ensino médio?

Querendo ou não, o próximo Governo Federal e os governos estaduais terão de lidar com a questão do ensino médio. O Governo Federal poderá ajudar ou atrapalhar. Historicamente a balança está do lado do atrapalhar. No passado recente, houve duas mudanças importantes que poderão ou não balizar a ação dos governos nos próximos anos. Uma delas é a lei que reforma o ensino médio, e outra é a aprovação da Base Nacional Curricular Comum.

Se tudo for seguido como aprovado, teremos o de sempre: uma legislação inviável e cheia de detalhes, que, entre outras coisas, prevê um aumento expressivo da carga horária do ensino médio e a progressiva implementação do tempo integral. Como ambas são inviáveis, esta não deverá ser a principal preocupação – embora a existência da lei possivelmente irá induzir estados a embrenharem por caminhos pouco produtivos, esgarçarem recursos que já são

escassos e criarem modelos que não serão capazes de universalizar – ou seja, modelos que não modelam nada.

A outra vertente refere-se à própria concepção do novo ensino médio e ao conceito de diversificação. O tema envolve dois aspectos. De um lado, a especificação do que sejam as áreas de opção do ensino médio acadêmico – a ideia é introduzir áreas de concentração ou interesse pelas quais o aluno irá optar. De outro, a abertura para a volta do ensino médio técnico integrado como forma legítima de ensino médio, como ocorre na maioria dos países do mundo.

Os dois lados da questão precisam de atenção. No caso do ensino acadêmico, trata-se de assegurar a melhor preparação possível para o grupo de elite – e sabemos, pelo Pisa, que nossas elites, no Brasil, são muito medíocres quando comparadas com padrões internacionais. A reforma poderia contribuir para tornar o ensino mais relevante e profundo, mas, posta como está, não vai atingir o objetivo. A razão é que as “trajetórias” lá definidas não correspondem a nada de concreto no mundo real.

O outro lado da questão é mais premente – assegurar a expansão do ensino médio técnico profissional. Apesar da intenção de promover essa modalidade como uma das “trajetórias”, também aqui tanto a nova lei do Ensino Médio quanto as orientações do MEC e do Conselho Nacional de Educação relacionadas com a BNCC mais atrapalham do que ajudam. Ademais, faltou um debate adequado sobre o tema – é notável, em especial, a ausência da participação e do comprometimento do setor produtivo e do Sistema S, que seriam atores fundamentais para viabilizar uma política e uma implementação adequada do que precisa ser feito. Este deve ser um grande desafio para os próximos governantes. Da forma como está prevista, a diversificação tem pouca aderência com a realidade. E da forma como está enunciada, a BNCC tem mais chance de ser mal compreendida do que qualquer outra coisa. Recentemente participei de um grupo de trabalho que produziu uma reflexão com sugestões concretas sobre o tema – dele participaram três outras pessoas que considero os maiores especialistas no tema em nosso país: Cândido Gomes, Cláudio de Moura Castro e Simon Schwartzman. Com base nas evidências disponíveis e melhores práticas, o documento reconhece que as propostas da legislação, do MEC e do CNE são inservíveis.

Resta, portanto, perguntar aos candidatos: vamos prosseguir a trancos e barrancos com uma legislação e diretrizes tronchas? Vamos tentar fazer meia sola e consertar o pneu com o carro andando – estratégia que nunca deu certo? Ou vamos ter a prudência de arrumar a casa e acertar o passo antes de iniciar uma profunda e necessária reforma do ensino médio? O que os candidatos têm a dizer a respeito?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

As fraturas na Base Nacional Comum Curricular

Na gestão do próximo Presidente, o país irá prosseguir com a BNCC, mesmo sabendo que começamos mal e estamos com um produto de péssima qualidade?

No post anterior, que trata do ensino médio, já mencionei problemas na BNCC – a Base Nacional Comum Curricular. Ao longo de sua elaboração, sempre fui uma voz crítica do

processo adotado pelas diferentes gestões do MEC que conduziram o assunto, bem como dos produtos que foram apresentados à sociedade.

Infelizmente o assunto caminhou mal – e o próximo governo terá diante de si uma escolha de Sofia: implementar algo capenga, com pouca chance de sucesso, ou comprar brigas com as corporações e ONGs que pressionaram para aprovar a BNCC de qualquer maneira, mas criando espaço e negociando tempo para fazer algo de forma adequada.

O tema não é assunto para deliberação pessoal de um Presidente da República, mas é grave o bastante para merecer sua atenção, antes e depois da posse. Mencionarei apenas quatro exemplos de problemas, com base em análises que tive, juntamente com outros pesquisadores, oportunidade de fazer.

De todos os problemas, o mais grave refere-se à própria ideia do que seja um programa de ensino e da forma como deve ser elaborado e apresentado. Em todo o mundo um programa de ensino se caracteriza pela definição do que se deve aprender nas disciplinas mais importantes, e essa definição é apresentada numa estrutura e sequência que viabilizam a sua implementação. Nada disso foi feito – a opção foi por termos pomposos como “direitos de aprendizagem”, “objetos de aprendizagem” e por colocar a interdisciplinaridade no lugar das disciplinas.

Mais infeliz foi o tratamento dado à área da educação infantil. Esta é a área em que houve o maior aumento de conhecimentos científicos nos últimos anos. É também a área em que intervenções adequadas podem ter impactos significativos e duradouros para o resto da vida. Vale citar um parágrafo de importante publicação do Center on the Developing Child para avaliar o tamanho do estrago: “programas para crianças pequenas, pais e cuidadores são mais eficazes quando especificam claramente os objetivos e implementam um currículo ou plano de intervenção adequado para atingir esses objetivos. Os mais bem-sucedidos são guiados por currículos que detalham atividades estimulantes e apropriadas aos vários grupos de idade, focadas em desempenho explicitamente identificados”.

Ao contrário das boas práticas, a BNCC se compraz em apresentar listas de itens elaboradas sem qualquer rigor científico. E, entre esses “direitos”, sequer menciona o direito de a criança concluir a pré-escola com o domínio das habilidades básicas necessárias para se alfabetizar. O terceiro exemplo situa-se na área da alfabetização. Este é o tema mais estudado pela psicologia cognitiva, cujos achados foram solenemente ignorados pelo MEC e pelo CNE- o Conselho Nacional de Educação. A esse respeito, José Morais, professor emérito da Universidade Livre de Bruxelas, publicou artigo em nosso país, considerando “deplorável” o texto da BNCC sobre alfabetização. Como podemos evoluir, se a ciência e os cientistas não são considerados, e seus pareceres sobre o tema mais estudado pela psicologia cognitiva nos últimos trinta anos são ignorados pelas autoridades responsáveis em estabelecer os rumos da educação?

O quarto exemplo refere-se ao ensino médio, tema já abordado em outro post. Refiro-me aqui apenas ao tratamento dado à ideia de disciplina e interdisciplinaridade – o conceito de disciplinas é simplesmente jogado pelo ralo –, mais uma vez colocando o país em confronto direto com o que se preconiza e se faz nos países com sistemas educacionais mais avançados. Se queremos preparar elites para o ensino superior, é necessário que elas sejam formadas com uma sólida base acadêmica, e, até prova em contrário, essa se assenta num forte domínio de disciplinas específicas, com sua estrutura, sequência e métodos próprios de ensino e aprendizagem.

A BNCC foi iniciada sob o controle e aplauso de determinados grupos e concluída sob a pressão de outros. Mas, em nenhum caso, o trabalho foi feito nos moldes convencionais e usuais em países onde a educação vai bem melhor. E os resultados – apesar do nível elevado de consenso e dos decibéis – deixam tudo a desejar. Ademais, os desdobramentos já iniciados pelo governo federal – como as orientações para a produção de livros e materiais didáticos – repercutem a visão de uma realidade que não existe do lado de lá, nas escolas e salas de aula. Ou seja, a marcha dos insensatos já começou.

Um currículo é o ponto de partida de qualquer reforma educativa. Cabe, portanto, perguntar aos candidatos: na sua gestão, o país irá prosseguir com a BNCC, mesmo sabendo que começamos mal e estamos com um produto de péssima qualidade?

Lançamento do livro “Fraturas na Base – Fragilidades Estruturais na BNCC”. Acaba de ser lançado e já está disponível para download gratuito (<http://www.alfaabeto.org.br/ebook-gratuito-fraturas-na-base-fragilidadesestruturais-da-bncc/>) o livro “Fraturas na Base – Fragilidades Estruturais na BNCC”. Organizada por mim, a publicação traz quatro capítulos onde são analisadas detalhadamente as propostas da BNCC relacionadas à Educação Infantil (João Batista Araujo e Oliveira), à Alfabetização (grupo de especialistas na área, dentre eles o próprio João Batista Araujo e Oliveira), ao Ensino Médio (Claudio de Moura Castro, Cândido Alberto Gomes, João Batista Araujo e Oliveira e Simon Schwartzman) e ao Ensino de Ciências (João Batista Araujo e Oliveira).

O objetivo é permitir uma reflexão sobre a BNCC e expor algumas de suas graves fragilidades, que, na minha visão, comprometem sua possibilidade de êxito. Acrescente-se a isso o propósito de apresentar caminhos para aprimorar o que pode ser aprimorado e refazer o que precisa ser refeito.

Esperamos que esse documento seja lido, aproveitado e oportunamente divulgado como mais uma contribuição ao debate sobre os temas essenciais da Educação no país.

Como ficará o Ensino Superior com o novo governo?

Quais são as ideias dos candidatos a presidente para aprimorar a regulação e aumentar a eficiência e a contribuição das faculdades privadas para o país?

O Brasil é um dos poucos países do mundo em que a maior parte dos alunos de ensino superior está matriculada em instituições privadas, em sua maioria com fins lucrativos. Nada errado com isso – em todo o mundo aumenta a quantidade de instituições privadas no ensino superior e de mecanismos de cobrança de mensalidades em instituições públicas.

O ensino superior privado se expande sempre que há algum alívio na regulamentação, sugerindo a existência de um mercado disposto a pagar por ele. Em tempos de crise, costuma haver alguma contração de matrículas nas instituições privadas, mas não o suficiente para alterar a trajetória de crescimento de matrículas.

O Brasil tem hoje cerca de 8 milhões de alunos matriculados no ensino superior – cerca de dois terços dos quais no setor privado. Se as vagas fossem igualmente distribuídas, teríamos cerca de 2 milhões de vagas em cada série, superior ao total de alunos que concluem o ensino médio a cada ano.

As taxas de deserção continuam elevadas – cerca de 50% dos matriculados não concluem os cursos. Em torno de 1.760.000 alunos recebem bolsas totais ou parciais do PROUNI e do FIES, os dois grandes mecanismos de financiamento patrocinados pelo governo federal. Também há mecanismos de financiamento privado, que abrangem cerca de 800 mil alunos. Ou seja, cerca de 2 milhões de alunos estudam de graça em instituições públicas; 2,5 milhões contraem empréstimos ou conseguem algum tipo de bolsa ou auxílio; e os demais pagam por seus estudos.

Admitido o pressuposto de que não há restrições ideológicas fortes da sociedade à existência do ensino superior privado, há duas grandes questões relacionadas com as políticas públicas que envolvem o setor: regulação e financiamento. As questões de regulação não diferem de outros setores: os órgãos de regulação são povoados pelos interesses da burocracia e dos regulados – no caso do ensino superior, predominam os interesses da burocracia e das corporações. Há informação de gastos superiores a 1 bilhão de reais com o atual sistema de regulação, sem qualquer impacto na melhoria da qualidade.

Há três grandes entraves para um marco regulatório saudável. O primeiro é pertinente à flexibilidade que as instituições têm em função de sua natureza formal (faculdades isoladas, centros universitários ou universidades). O segundo se refere aos extensos currículos impostos aos alunos brasileiros, elevando desnecessariamente o tempo e os custos, sem maior proveito para a aprendizagem ou para sua formação. O terceiro é o grau de formalismo associado ao sistema de regulação, que eleva custos e em nada contribui para melhorar a qualidade.

Quanto ao financiamento, as evidências disponíveis indicam que o PROUNI – com um custo por aluno de 2.000 reais – é muito mais eficiente do que o FIES, cujo custo por aluno é de 11 mil reais. Um levantamento do IDados mostra que é muito semelhante o desempenho na Prova do ENADE dos alunos de cursos de engenharia, medicina, administração e pedagogia das universidades federais e de alunos de escolas privadas que recebem PROUNI E FIES. Isso dá uma ideia do grau de ineficiência embutido tanto nas políticas de financiamento das universidades públicas quanto para o setor privado.

A médio prazo, a provável redução das taxas de retorno do ensino superior e o elevado nível de subsídios e de inadimplência decorrente das regras do FIES deverão transferir para a sociedade um ônus elevado. Mas o ônus maior recairá sobre os alunos que abandonam os cursos e tentarão pagar os seus débitos.

Parecem inegáveis a necessidade e a contribuição das instituições privadas de ensino superior para o país. Cabe perguntar ao futuro presidente, dado que essas instituições têm um papel relevante: quais as suas ideias para aprimorar a regulação e aumentar a eficiência e a contribuição desse setor para o desenvolvimento dos recursos humanos do país?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

O futuro da universidade pública

Cabe perguntar ao futuro presidente: quais os seus planos para atualizar, modernizar e abrir novos horizontes para as universidades públicas brasileiras?

Papel aceita tudo. A Constituição brasileira também. Ela aceita até tabelamento de juros. No seu artigo 207, lemos que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Esse parágrafo constitui a pedra fundamental do arcabouço burocrático do ensino superior no Brasil. Ele define universidade como uma instituição que oferece ensino, pesquisa e extensão; define que essas três atividades são indissociáveis (pelo menos dentro das universidades); e diz que as universidades gozam de autonomia.

Até a década de 90, as crises universitárias derrubavam ministros. A partir do presidencialismo de coalizão, o critério de sobrevivência passou a ser a atenção aos pleitos dos políticos da base de sustentação. “Habilidade política” tornou-se sinônimo da capacidade de atender aos anseios dos políticos e dos grupos representados por eles. Esse fato leva muitas pessoas a acreditar que seria interessante desvincular a educação básica do MEC, para que ela não fique sufocada pelo ensino superior. Outros pensam que seria mais eficaz associar as universidades ao setor de Ciência e Tecnologia. Como se a estrutura devesse determinar a estratégia – e não vice-versa.

São notórias – e possivelmente inevitáveis – as diferenças de qualidade e eficiência entre as instituições federais de ensino superior. O caso do ensino médio técnico, por exemplo, seria considerado como perda total se tomarmos como critério o número de graduados que efetivamente se dirigem para o mercado de trabalho.

No ensino superior, há instituições que, pela sua qualidade, poderiam estar localizadas em países desenvolvidos, e há departamentos, em várias instituições, que se destacam pela qualidade diferenciada. Mas ninguém nega que, em grande parte, o modelo único de universidade e a falta de mecanismos adequados para estimular a eficiência e a qualidade criam enormes distorções e desperdícios. Os justos pagam pelos pecadores. E o contribuinte paga a conta.

Em meio a tantos outros problemas gravíssimos, dificilmente esta seria uma conjuntura favorável para tratar da questão da universidade pública – especialmente das federais. As universidades federais, por não gozarem de autonomia de fato, acabam monopolizando o tempo e a atenção dos ministros da educação. Como observa o ex-ministro Renato Janine, a situação existente faz com que elas monopolizem a atenção do Ministério e do Ministro da Educação.

Desde o final do século passado, os países desenvolvidos promoveram profundas mudanças em seus sistemas de ensino superior por enxergá-los como estratégicos para o desenvolvimento econômico. Caíram todos os tabus, e há vários exemplos e vários modelos a considerar. Portanto, cabe perguntar ao futuro presidente: quais os seus planos para atualizar, modernizar e abrir novos horizontes para as universidades públicas brasileiras?

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!

O que pensam os candidatos a presidente para a área

de Educação? Neste último post da série 'Os Presidenciais e a Educação', com a palavra os candidatos: o que pensam e como articulam suas ideias sobre a Educação?

Neste último post da série “Os Presidenciaíveis e a Educação”, abrimos o microfone para ouvir as propostas dos presidenciaíveis, saber o que pensam, como articulam suas ideias sobre o tema. Não é adequado se esperar que um Presidente da República seja especialista em educação, muito menos que entre em detalhes sobre políticas e estratégias. Mas é adequado esperar que um presidenciaível conheça o setor, tenha noção dos principais problemas, tenha ideia do que é necessário e possível fazer, e diga a que veio.

No contexto atual, especialmente tendo em vista (1) tantos outros graves problemas do curto prazo que a população percebe como mais prementes, (2) a curta duração da campanha e (3) a irrelevância dos programas dos partidos para guiar as ações dos governantes depois de eleitos, seria mais proveitoso conhecer as linhas gerais do pensamento do futuro presidente a respeito de alguns temas cruciais. Alinho quatro perguntas, que, a meu ver, ajudariam a sociedade e o eleitor a entender o que esperar do próximo presidente para a área da educação.

Primeiro, como o futuro presidente tratará da educação – como despesa da área social, a ser gerida em função dos interesses das corporações – ou como um tema central de formação de capital humano, a ser tratado no “núcleo duro” responsável pelas grandes decisões nacionais? Este sendo o caso, isso significa que as propostas do futuro presidente irão transcender de longe o limitado espaço hoje restrito às decisões do MEC. Que contornos gerais o presidente dará a essa nova forma de lidar com o tema? Que consequências práticas isso terá para definição de prioridades, recursos e formas de ação?

Segundo, como o futuro presidente irá abordar os prementes problemas do financiamento do setor? O país está quebrado, estados e municípios também. Dadas as exigências legais, gastos estão em rota de colisão com recursos. A tendência histórica é fechar o olho para as ineficiências e empurrar com a barriga. Parece que essa estratégia se esgotou. Considerando a legislação que força o aumento de gastos, como o futuro presidente pretende lidar com os recursos para a educação?

Terceiro, o pacto federativo. O tema está associado ao anterior, mas é mais amplo e tem natureza distinta. Num cenário mais conservador, trata-se de saber se o presidente dará continuidade à estratégia de manter no MEC o monopólio das boas ideias e planos infalíveis – que, na prática, se converteu no monopólio do desperdício. Ou se vai mudar a forma de atuação do governo federal, abrindo espaço para a racionalidade, apoiando soluções estruturais e fomentando intervenções diferenciadas, com base na pluralidade e em avaliações e evidências. Num cenário mais revolucionário, caberia indagar quais horizontes o futuro presidente descortina para um novo pacto federativo e uma nova distribuição de responsabilidades, recursos e espaços para os entes federados.

Finalmente, a pergunta cuja resposta vale um milhão de dólares: uma vez na Presidência, com tantas emergências, prioridades, demandas e limitações, como o presidente vai querer ser lembrado por sua atuação para transformar a educação no Brasil? Vale um lembrete: desde que Cabral aqui aportou, alguém se lembra de algum governador-geral, rei, imperador ou presidente cujo nome ficou associado a alguma reforma sustentável na educação?

Aqui termina essa sequência de blogs. Com a palavra os candidatos.

SE O SEU CANDIDATO NÃO SABE COMO MUDAR A EDUCAÇÃO, MUDE DE CANDIDATO!